



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
PRIMEIRA CÂMARA**

**Processo nº** 11080.102959/2003-11  
**Recurso nº** 156.649 Voluntário  
**Matéria** IRPJ e Outros - EX: DE 1997 e 1998  
**Acórdão nº** 101-97.053  
**Sessão de** 16 de dezembro de 2008  
**Recorrente** COMERCIAL DE BEBIDAS AMAZONENSE LTDA.  
**Recorrida** 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE-RS.

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA -  
IRPJ**

Anos-calendário: 1997 e 1998

Ementa: RESTITUIÇÃO - RECOLHIMENTO INDEVIDO OU  
A MAIOR - PRESCRIÇÃO – PRAZO

Mesmo antes da edição da Lei Complementar nº 118/2005, a jurisprudência majoritária deste E. Conselho de Contribuintes não acolhia a chamada tese dos "cinco mais cinco", pois entendia que, nos casos de recolhimento de tributo efetuado a maior ou indevidamente, o prazo prescricional a ser aplicado é o resultante da combinação dos artigos 168, I e 165, I do CTN, que estabelecem que o direito de pleitear restituição extingue-se com o decurso de cinco anos a contar da data do pagamento.

Recurso Voluntário Improcedente

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da primeira câmara do primeiro conselho de contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Declarou-se impedido, pela matéria o Conselheiro João Carlos de Lima Junior.

ANTONIO PRAGA  
PRESIDENTE

VALMIR SANDRI  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 25 FEV 2009

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Sandra Maria Faroni, Caio Marcos Cândido, José Ricardo da Silva, Alexandre Andrade Lima da Fonte Filho (Vice-Presidente da Câmara) José Sergio Gomes (Suplente Convocado) e Antonio Praga (Presidente da Câmara). Ausente justificadamente o Conselheiro Aloysio José Percínio da Silva.

### Relatório

COMERCIAL DE BEBIDAS AMAZONENSE LTDA., já qualificada nos autos, recorre de decisão proferida pela 5ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre - RS, que por unanimidade de votos, julgou improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela contribuinte.

Trata-se o presente processo de Pedido de Restituição / compensação, 01, 77, 114, 148 e 192, de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado nos anos-calendário 1996 e 1997, no valor de R\$ 16.404,49.

A solicitação foi indeferida pelo chefe do SEORT, através do Despacho Decisório, fls.231, proferido em 02.09.2004, com base no Parecer DRF/POA/SEORT nº 559, de 08 de agosto de 2004, fls. 229/230, que propôs o não conhecimento do direito creditório, em razão da decadência do direito da contribuinte em pleitear a restituição dos tributos, nos termos do art. 168, I do CTN.

Cientificada do não conhecimento do indébito tributário, em 13.09.2004, fls. 243, a contribuinte, apresentou sua manifestação de inconformidade, de fls. 244/250, alegando em síntese o que se segue:

- (i) Após fazer um breve relato dos fatos que deram origem ao presente processo, afirma que a contagem do prazo decadencial previsto no art. 168 do CTN somente se inicia na data da extinção do crédito tributário.
- (ii) Nesse sentido, esclarece que nos casos dos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, a extinção do crédito tributário somente ocorre após cinco anos do fato gerador, nos termos do art. 150, §1º e 4º do CTN. Corroborando seu entendimento transcreve jurisprudência.
- (iii) Finalmente, requer o reconhecimento do direito creditório, consubstanciado nos valores dos saldos negativos do IRPJ/97 e CSLL/96 e 97, e , consequentemente, homologando as compensações efetuadas.

Diante da manifestação de inconformidade apresentada, a autoridade julgadora de primeira instância, decidiu, fls. 268/270, julgando improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela contribuinte.

Como razões de decidir, consignaram os julgadores que a contribuinte protocolizou pedido de restituição, cumulado com compensações, de saldos negativos de IRPJ e CSLL correspondentes aos anos-calendário de 1996 e 1997, em dezembro de 2003 e maio e junho de 2004.

Sendo assim, observaram que o termo inicial para contagem do prazo decadencial para aproveitamento dos saldos negativos é, respectivamente, janeiro de 1997 e janeiro de 1998.

Esclareceram que o termo inicial do prazo de cinco anos constante do art. 168 do CTN, de acordo com o Ato Declaratório SRF nº 096/1999 e art. 900, I do RIR/99, consoante entendimento da PGFN exarado no Parecer nº 1.538/1999, é a data do pagamento indevido, no presente caso, considerando o mês que o ajuste anual tornou possível verificar que os pagamentos efetuados a título de estimativa revelaram-se indevidos.

Ou seja, tendo se passado mais de cinco anos entre o termo de início – mês de janeiro dos respectivos anos-calendário – e os pedidos de restituição/compensação, entenderam os julgadores que decaiu o direito creditório da contribuinte, pelo decurso do prazo previsto no art. 168 do CTN.

Pelas razões expostas, os julgadores consideraram improcedente a alegação da manifestação de inconformidade apresentada e mantiveram integralmente o despacho decisório da Delegacia da Receita Federal em Porto Alegre que não reconheceu o direito creditório e compensações em litígio.

Cientificada da decisão de primeira instância em 29.01.2007, fls. 276, a contribuinte apresentou, tempestivamente, em 16.02.2007, recurso voluntário às fls. 277/286, alegando em síntese o que se segue:

Afirma que ao contrário do que entenderam os julgadores de primeira instância, a contagem do prazo decadencial previsto no art. 168, I do CTN, quando não houver homologação expressa, somente se inicia na data da extinção do crédito tributário, ou seja, com a homologação tácita contados cinco anos da ocorrência do fato gerador.

Dessa forma, considerando que o IRPJ e a CSLL são tributos sujeitos ao lançamento por homologação, entende que seu direito a pleitear a restituição do que foi pago indevidamente somente ocorreria passado 10 (dez) anos do fato gerador, ou 5 (cinco) anos da extinção do crédito tributário (homologação tácita). Corroborando seu entendimento transcreve jurisprudência do STF e do STJ.

Finalmente, requer o reconhecimento do direito creditório, consubstanciado nos valores dos saldos negativos do IRPJ/97 e CSLL/96 e 97, e, consequentemente, homologando as compensações efetuadas.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro VALMIR SANDRI, Relator

O recurso é tempestivo e preenche os requisitos para a sua admissibilidade. Dele, portanto, tomo conhecimento.

Como relatado, a ora Recorrente insurge-se face à decisão proferida pelos julgadores de primeira instância que julgaram improcedente a manifestação de inconformidade apresentada, mantendo o despacho decisório que indeferiu o Pedido de Restituição/Compensação por ela apresentado.

Alega a Recorrente em seu recurso, apenas, que no presente caso seu direito de pleitear a restituição/compensação dos tributos pagos indevidamente a título de IRPJ no ano-calendário 1997 e CSLL nos anos-calendário 1996 e 1997, não teriam sido atingidos pela decadência, nos termos do art. 168, I do CTN.

Os incisos I e II do artigo 165, do Código Tributário Nacional, ao tratar da restituição do indébito tributário , dispõe:

“art. 165 (...):

- I – cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou a maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- II – erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- III (...).

Por seu turno, o artigo 168 do mesmo diploma legal, ao delimitar o prazo para o contribuinte pleitear a restituição do indébito tributário, dispôs:

“Art. 168. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

- I - nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 165, da data da extinção do crédito tributário;
- II - na hipótese do inciso III do artigo 165, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.”

Portanto, de acordo com o dispositivo acima citado, depreende-se que não merece qualquer reforma a r. decisão recorrida que indeferiu a solicitação da Recorrente, por já ter decaído o direito creditório pelo prazo referido no artigo 168 do CTN.



Ademais, o art. 3º da Lei Complementar nº 118 de 09 de fevereiro de 2005, esclarecer essa questão o fez nos seguintes termos:

**Art. 3º Para efeito de interpretação do inciso I do art. 168 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1º do art. 150 da referida Lei.**

Também este Conselho de Contribuintes já se manifestou sobre o prazo prescricional para a contribuinte pleitear a Restituição do indébito tributário, vejamos:

“Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Ano-calendário: 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998

**RESTITUIÇÃO - RECOLHIMENTO INDEVIDO OU A MAIOR - PRESCRIÇÃO - PRAZO**

Mesmo antes da edição da Lei Complementar nº 118/2005, esta Câmara não acolhia a chamada tese dos "cinco mais cinco", pois entendia que, nos casos de recolhimento de tributo efetuado a maior ou indevidamente o prazo prescricional a ser aplicado é o resultante da combinação dos artigos 168, I e 165, I do CTN, que estabelecem que o direito de pleitear restituição extingue-se com o decurso de prazo de cinco anos a contar da data de extinção do crédito tributário que se dá pelo pagamento.”

(...)

(Acórdão 107-09365, Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, Conselheiro Relator Luiz Martins Valero, Sessão de 17/04/2008)

“Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Data do fato gerador: 31/03/1996, 30/04/1996, 31/05/1996, 30/06/1996, 31/07/1996, 31/08/1996, 30/09/1996, 31/10/1996, 30/11/1996

Ementa: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. PRESCRIÇÃO. PRAZO. TESE DOS "CINCO MAIS CINCO". LEI COMPLEMENTAR Nº 118, DE 2003. APLICAÇÃO.

Em se tratando de prazo de prescrição de tributo federal, a aplicação da interpretação dada pela Lei Complementar nº 118, de 2003, de que a data de extinção do crédito tributário, no caso de lançamento por homologação, ocorre com o pagamento é obrigatória, sendo impossível afastá-la por razão de constitucionalidade, anteriormente à sua declaração definitiva pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes.”

(Acórdão nº 201-80719, Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, Conselheiro relator José Antonio Francisco, Sessão de 19/10/2007)

Dessa forma, considerando que o Pedido de Restituição/Compensação mais antigo foi apresentado em 30.12.2003, fls. 01, referente ao saldo negativo de IRPJ e CSLL dos anos calendário de 1996 e 1997, o direito creditório da contribuinte já estava extinto, tendo em

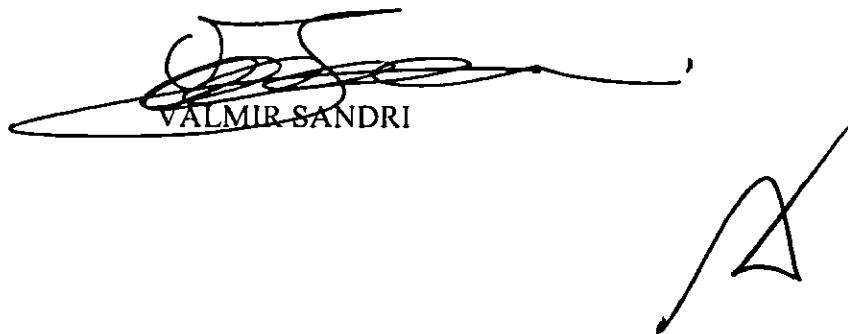
vista que o mesmo se exauriu em janeiro de 2002 e janeiro de 2003, nos termos do art. 168, I do CTN.

Finalmente, cumpre destacar que à jurisprudência mencionada pela contribuinte em seu recurso não vincula a autoridade administrativa julgadora, a quem compete apenas aplicar as leis sem emitir qualquer juízo de valor sobre a sua constitucionalidade, sob pena de responsabilidade funcional.

Diante do exposto, voto no sentido de NEGAR provimento ao recurso voluntário.

É como voto.

Sala das Sessões - DF, em 16 de dezembro de 2008



VALMIR SANDRI

A handwritten signature is written over the typed name "VALMIR SANDRI". The signature is fluid and cursive, appearing to read "VALMIR SANDRI".